



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002034-23.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Exequente: **Thais Andrade Silva Me**
 Executado: **Leonardo Schiavone Casali**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução que está alicerçada no cheque de fls. 16/17.

Ressalvo de início que a postulação da embargada para alargar o objeto da execução, abrangendo outro cheque (fls. 59/61), não pode prosperar diante da falta de apresentação desse título.

A ação, portanto, ficará limitada àquela cartula.

No mais, registro que não foi possível a composição amigável para a solução da controvérsia, o que é de lamentar-se.

Diante disso, porém, resta proferir a sentença nos limites impostos pelo processo, rogando-se às partes que possam buscar no futuro, mesmo que extrajudicialmente, a solução de todas as suas pendências.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Do contrário, novos processos haverão de vir, o que é de lamentar-se uma vez mais, até porque a dimensão econômica trazida à colação não se revela de vulto.

Assentadas essas premissas, anoto que a prestação de serviços pela embargada ao embargante é incontroversa, cristalizando-se na confecção e instalação de cortinas e persianas.

Dos problemas que teriam sido causados pela embargada, reputo que somente os ligados à queda de uma das cortinas pode ser-lhe atribuído, tendo em vista que não se concebe que tenha tido vez no próprio dia da instalação.

Os demais aspectos trazidos à colação pelo embargante não restaram suficientemente comprovados e muito menos são suficientes para alicerçar a negativa de pagamento pelos serviços aludidos.

Nesse sentido, as testemunhas Iracema Maria de Freitas Peraçoli e Ricardo Monteiro Cardoso confirmaram a existência de divergências entre as partes que não puderam ser resolvidas, mas não forneceram subsídios consistentes para estabelecer a certeza de que sua dimensão fosse a aventada nos embargos.

Como positivado, o único dado que efetivamente milita em desfavor da embargada residuiu na queda de uma das cortinas logo depois de sua instalação, mas ela prontamente se prontificou a saná-lo.

O quadro delineado denota que o embargante não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de afastar os atributos inerentes ao título exequendo, deixando de amealhar dados seguros que levassem à certeza de que a embargada não faria jus ao recebimento do montante ao mesmo relativo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Outrossim, e diante do depósito implementado pelo embargante, **JULGO EXTINTA** a execução com fundamento no art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.

Expeça-se mandado de levantamento da quantia depositada a fl. 52 em favor da embargada e, oportunamente, dê-se baixa definitiva nos presentes autos digitais.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

São Carlos, 04 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**